

Governo Aberto

Conheça os títulos dos
Cadernos de Orientação

Governo Aberto
Participação Social

Cadernos de Orientação



Governo Aberto



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E FEDERATIVAS

DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Expediente

Prefeitura Municipal de São Paulo

Fernando Haddad – Prefeito

Eduardo Matarazzo Suplicy – Secretário de Direitos Humanos e Cidadania

Guilherme Assis de Almeida – Secretário Adjunto de Direitos Humanos e Cidadania

Giordano Morangueira Magri – Chefe de Gabinete

Maria José Scardua – Coordenadora da Política Municipal de Participação Social

Eduardo Santarelo Lucas e Karen Kristensen Medaglia Motta (estagiária) – Equipe da Coordenação de Participação Social

Vicente Trevas – Secretário de Relações Internacionais e Federativas

Gustavo Vidigal – Secretário Adjunto de Relações Internacionais e Federativas

Priscila Spécie – Chefe de Gabinete

Instituto Paulo Freire

Paulo Freire – Patrono

Moacir Gadotti – Presidente de Honra

Alexandre Munck – Diretor Administrativo-Financeiro

Ângela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha – Diretores Pedagógicos

Natália Caetano – Coordenadora do Projeto

Editora Instituto Paulo Freire

Janaina Abreu – Coordenação Gráfico-Editorial

Aline Inforsato e Izabela Roveri – Identidade Visual, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final

Ângela Antunes, Francisca Pini, Julio Talhari, Moacir Gadotti e Paulo Roberto Padilha – Preparação de Originais e Revisão de Conteúdo

Daniel Shinzato, Janaina Abreu e Julio Talhari – Revisão

Alcir de Souza Caria, Amanda Guazzelli, Deisy Boscaratto, Fabiano Angélico, Lina Rosa, Natália Caetano, Rosemeire Silva, Samara Marino, Sandra Vaz, Sheila Ceccon, Washington Góes – Pesquisadores-Redatores

Flávia Rolim – Colaboradora

Sumário

Palavras do prefeito	4
Palavras do secretário	4
Apresentação	5
Governo Aberto: trajetória de um conceito.....	6
Os quatro eixos do Governo Aberto	9
Governo Aberto na cidade de São Paulo	17
Considerações finais.....	22



Palavras do prefeito

É com grande satisfação que apresento 20 publicações inéditas, coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), para os processos de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social. Trata-se de sete Cadernos de Formação, dois Cadernos de Orientação, dez Cadernos de Colegiados e um Caderno do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento.

O objetivo é permitir uma melhor compreensão das relações entre direitos humanos, cidadania, Educação Popular, participação social, direito à cidade, bem como apresentar formas e ferramentas de gestão mais participativas adotadas pela atual administração. Nesse sentido, apresentamos também dez importantes conselhos desta cidade, sua composição, estrutura, funcionamento e o mais importante: como e onde participar.

Estas publicações demonstram o esforço da atual administração municipal em ampliar e qualificar, cada vez mais, o diálogo entre governo e sociedade civil para fortalecer a democracia participativa nesta cidade.

São Paulo, dezembro de 2015.
Fernando Haddad

Palavras do secretário

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), com muita satisfação, oferece aos cidadãos e cidadãs de São Paulo 20 publicações que contribuirão para a formação e o exercício da cidadania. Dentre elas, estão estes dois Cadernos de Orientação.

O primeiro, intitulado Participação Social, está vinculado à SMDHC e traz significativas contribuições para uma compreensão mais clara da participação como direito e método de governo. Já o caderno nomeado Governo Aberto mostra como a criação da São Paulo Aberta, vinculada à Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF), vem permitindo à Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) aperfeiçoar suas concepções e práticas de gestão administrativa.

As presentes publicações esclarecem e orientam novas práticas relacionadas à transparência na construção das políticas públicas da cidade. Ademais, trazem ao conhecimento da população o que já tem sido feito por esta gestão.

São Paulo, dezembro de 2015.

Eduardo Matarazzo Suplicy
Secretário Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania de São Paulo



Apresentação

A São Paulo que a gente quer é aberta

A cidade de São Paulo tem passado por profundas transformações, principalmente após a intensificação da experiência democrática pela qual o país vem passando. Para responder às demandas sociais, foi necessário ampliar e aprimorar os espaços participativos, ressignificar o uso dos espaços públicos e inovar para permitir o exercício pleno da cidadania, com avanços na participação social, na política urbana e na relação entre poder público e sociedade. Isso resultou no Plano Diretor Estratégico, na criação de espaços participativos, no aprimoramento dos já existentes e no aumento da participação digital dos cidadãos.

Com a criação da São Paulo Aberta (2013), a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) obteve um espaço intersecretarial para articular essas questões por meio da concepção de *Governo Aberto*. Com base em quatro eixos (transparência, participação, integridade e inovação tecnológica), acionados de forma transversal e articulada, a administração municipal se abre a novas formas de se relacionar com a sociedade.

Este caderno foi dividido em três partes: a primeira traz a definição de Governo Aberto, sua história e desafios; a segunda explica os quatro eixos; e a última mostra a aplicação do conceito em São Paulo, sistematizando as iniciativas implementadas.

O Governo Aberto gera um ambiente favorável para construir uma nova cultura política. Esse desafio passa pelo aprimoramento da participação política e pelo fortalecimento da democracia, que consiste no exercício incansável da cidadania.

Equipe São Paulo Aberta



Governo Aberto: trajetória de um conceito

Como definir Governo Aberto?

O uso da expressão “Governo Aberto” e as práticas associadas a esse novo paradigma de gestão pública ganharam força no fim do século passado e início deste. A abertura democrática de vários países e o avanço da tecnologia impactaram nas mudanças governamentais, bem como concretizaram e ampliaram formas de controle sobre governos, reivindicações e lutas sociais.

“Governo Aberto” significa uma gestão mais transparente, com dados e informações disponíveis facilmente a qualquer interessado, por meio de uma interface amigável e intuitiva. Desse modo, a população é efetivamente empoderada no processo de tomada de decisão, participando não somente por meio de escolhas como “sim” ou “não”, mas também pela intervenção na escolha de objetivos, metas e caminhos a serem seguidos ao longo do desenvolvimento das políticas públicas. O Governo Aberto engloba também a prestação de contas, a transparência sobre quem é quem nas contratações públicas, abrindo espaço, por meio da tecnologia, para uma administração pública conectada, em rede, moderna e interativa.

A tecnologia não é parte do governo apenas do lado de dentro, na realização de tarefas do dia a dia. Ela é hoje o principal instrumento pelo qual os cidadãos têm acesso a dados e informações. Além disso, proporciona novos meios para mobilização social, bem como formas de expressão e difusão de conhecimento.

No que se refere à administração pública, é possível identificar a incorporação da tecnologia para o exercício de suas funções, assim como para a prestação de serviços à população, além de alcançar maior participação da sociedade nas ações governamentais, numa proposta interativa. O espaço público não está mais restrito ao meio físico, às ruas e repartições públicas. A internet, a comunicação digital e o crescente acesso às novas tecnologias ampliaram esse conceito para as redes. Os limites da interação social foram dilatados, redefinindo o que entendemos por espaço público. Diante desse desafio os governos foram levados a se atualizar, a adequar os canais de interlocução com a sociedade e a redefinir os parâmetros pelos quais esse relacionamento é pautado.

A PMSP tem apostado numa revolução na forma de fazer gestão pública. Diante de uma cidade complexa, capaz de reunir de um lado riqueza e modernidade e de outro desigualdade e carência de serviços públicos, ficou claro que somente mudanças estruturais seriam capazes de elevar São Paulo à posição de grandeza que merece, do centro à periferia. Por esse motivo, desde 2013 tem incorporado o Governo Aberto como estratégia central para enfrentar os desafios na busca pela melhoria de vida dos cidadãos.

Qual a origem da noção de Governo Aberto?

Desde pelo menos a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, existe uma preocupação mundial em garantir os direitos dos cidadãos perante seus governos. De forma contínua e crescente, passando por documentos como o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos*, de 1966, e a *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*, de 2003, governos e organizações de todo o mundo se empenham para cumprir essa finalidade.

A Parceria para Governo Aberto, expressão em português para Open Government Partnership (OGP), foi lançada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2011. O Brasil é membro-fundador da OGP e figura importante na sua implementação, tendo sido sede 1ª Conferência Anual da OGP, em abril de 2012. Com 65 países membros efetivos (e uma série de ingressantes em potencial), a OGP se materializa na elaboração e implementação de planos de ação que devem ser construídos em uma colaboração entre governo e sociedade.

O principal objetivo da OGP tem sido proporcionar uma plataforma internacional para servir de base às reformas ocorridas em diferentes países. O intercâmbio de informações e experiências é fundamental para evitar retrabalho aos gestores públicos e de organizações sociais.



Hillary Clinton, ex-secretária de Estado norte-americana, durante reunião da Open Government Partnership (OGP), em 2011 (crédito: Wikimedia Commons).

Missão e objetivos da OGP

A visão da OGP é que os governos se tornem mais transparentes, prestem contas e respondam mais prontamente aos cidadãos, de forma sustentável, com o objetivo final de aumentar a qualidade da governança, assim como a qualidade dos serviços que os cidadãos recebem. Isso irá requerer uma mudança nas normas e cultura para garantir um diálogo genuíno e a colaboração entre governos e sociedade civil.

A OGP aspira apoiar agentes de reforma, tanto de governos como da sociedade civil, elevando o Governo Aberto aos níveis mais altos de abertura política, provendo “cobertura” para reformas difíceis e criando uma comunidade solidária de agentes que compartilham essa opinião em países ao redor do mundo.

Agora que a OGP está estabelecida e cresceu significativamente, nosso objetivo principal para os próximos dois anos é ter certeza de que mudanças reais estão acontecendo na prática na maioria dos países membros, e que essas mudanças estão beneficiando os cidadãos.

Fonte: <www.opengovpartnership.org/about/mission-and-strategy>. Acesso em: 13 nov. 2015.

No âmbito da OGP, o ano de 2015 marca o início das discussões para a “municipalização” da iniciativa. Em agosto, a OGP publicou o texto “A jornada da OGP para o subnacional” e, em outubro, o Comitê de Direção aprovou um projeto-piloto para envolver governos subnacionais na iniciativa. Da mesma forma que na própria OGP, o projeto-piloto sugere um processo envolvendo governo e sociedade para a elaboração de planos de ação contendo compromissos relativos ao Governo Aberto.

Os quatro eixos do Governo Aberto

Transparência

Transparência é um dos princípios-chave por trás de qualquer política de Governo Aberto. É entendida como garantia do amplo acesso à informação, independentemente de solicitação. Ela promove a prestação de contas pelo poder público, garante o acesso dos cidadãos à informação adequada e atualizada e possibilita monitoramento difuso das políticas públicas. Além disso, informações geradas pelos governos em decorrência de suas atividades são públicas por definição. Em outras palavras, a publicidade é regra e o sigilo é exceção.

Esse eixo desdobra-se em dois: *transparência ativa* e *transparência passiva*. O primeiro caso abrange as iniciativas promovidas pelos próprios governos em disponibilizar dados, informações, documentos e outros elementos de interesse da sociedade de forma voluntária. O segundo trata da disponibilização com base em demandas recebidas da sociedade por meio de ferramentas derivadas da Lei de Acesso à Informação (LAI).

É fundamental garantir que a informação esteja disponível não apenas no plano teórico, mas em termos funcionais. O acesso deve ser simples, intuitivo, por meio da internet, com arquivos organizados, legíveis e em formato manipulável. É isso o que se entende por *linguagem cidadã* e *formato aberto*.

Quais as ações relacionadas à transparência implementadas na cidade de São Paulo?

Portal da Transparência

Por meio de ferramentas ágeis, esse portal facilita o acesso e o controle de informações da administração pública direta e indireta. É importante lembrar que o Portal da Transparência cumpre a LAI, que indica o compromisso do Estado em disponibilizar o acesso a informações sobre como os recursos da gestão pública (em nível federal, estadual e municipal) estão sendo aplicados. Além de o portal ser de fácil

Saiba mais

<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

manuseio e ter uma tecnologia inovadora, ele permite ampliar o acesso da população ao “De Olho nas Contas”, iniciativa pioneira da PMSP que dispõe informações nas áreas de gestão pública, contas, funcionalismo, subprefeituras e empresas.

Dados Abertos

Metodologia que trata da disponibilização facilitada a dados estatísticos e geoespaciais sobre a cidade de São Paulo. A organização dos dados em bases estruturadas, acompanhadas de metadados (“rótulos” contendo a descrição dos campos de determinada base de dados), e a manutenção de um conjunto atualizado de dados são fundamentais para sua utilidade.

Saiba mais

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/dados_abertos>

Os arquivos são disponibilizados em formato aberto, ou no formato mais difundido dentro de uma dada categoria, e podem ser reutilizados livremente por qualquer interessado sem necessidade de cadastro, autorização prévia ou outras formalidades.

Habisp.plus

Plataforma sobre programas de moradia que permite acompanhar informações sobre filas, critérios, locais, obras e famílias beneficiadas.

Saiba mais

<www.habisp.inf.br>

Participação social

Assim como transparência, a participação social é um elemento fundamental para o Governo Aberto. Como conceito teórico, a participação social é um direito humano e dever do Estado para democratizar a gestão pública e seus processos decisórios, estabelecendo interlocução permanente entre poder público e sociedade.

Para que a participação não seja um conceito abstrato, mas uma prática cotidiana, é importante que a intervenção da sociedade seja realizada em diferentes etapas da política pública. Ou seja, mais do que *votar* a respeito de qual caminho seguir, a participação deve ser viabilizada no ciclo de gestão, desde a formação até a avaliação das políticas públicas. Dessa forma, a participação social torna-se a partilha da tomada de decisão – que não fica insulada na burocracia ou nas autoridades máximas da questão.

Nesse sentido, é fundamental que ideias sejam debatidas, resultados – principalmente os parciais – sejam apresentados, projetos sejam revistos de forma crítica e consistente e, acima de tudo, que as propostas trazidas pela população sejam atentamente analisadas, fundamentadas e respondidas.

Para além da importância de envolver o cidadão no dia a dia da gestão pública, vale ressaltar a incorporação do senso de responsabilidade que os gestores devem ter com suas atividades. A participação não é “dada” ou “garantida” pelos governantes, não é um benefício, mas sim um direito e uma necessidade real, para que as políticas públicas possam ser realmente eficientes. Há muito conhecimento disperso entre as pessoas que, uma vez reunido e trabalhado, pode servir para o aprimoramento das políticas públicas.

É importante salientar também que o Governo Aberto, ao articular participação com inovação tecnológica, busca potencializar as instâncias e mecanismos participativos por meio de ferramentas digitais. Assim a participação digital cumpre papel complementar e catalisador à presencial, ampliando os processos participativos.

Quais as formas de participação na administração municipal?

Gestão Urbana

Plataforma interativa responsável pelo processo participativo do Plano Diretor Estratégico e da Lei de Zoneamento na cidade. Iniciativas como Centro Aberto, Olhares Urbanos e outras integram o pacote, que oferece acesso às informações dos projetos em andamento e ferramentas inovadoras de participação. Esse portal busca promover a informação e a participação nas iniciativas de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo.



Cerimônia de posse dos 20 imigrantes eleitos para os Conselhos Participativos Municipais. Pela primeira vez no Brasil essa população pôde votar e ser votada (crédito: Comunicação/SMDHC).

Saiba mais

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>

Planeja Sampa

Canal eletrônico que reúne a plataforma de acompanhamento do Programa de Metas e a atuação do Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP). Nesse espaço, o cidadão pode acompanhar a evolução do ciclo e também participar ativamente do processo.

Saiba mais

<<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br>>

Portal da São Paulo Aberta

Desenvolvido em ferramenta livre, o portal permite um novo rol de possibilidades de desenvolvimento e conta com interatividade nos programas virtuais e ferramenta de consulta pública. A plataforma para consulta pública digital garante um espaço de fácil compreensão para o cidadão contribuir em temas relevantes para a cidade. Já foram realizadas consultas públicas importantes nas áreas de educação, assistência social e em parceria entre a PMSP e organizações da sociedade civil.



Saiba mais

<<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br>>

#GabineteAberto e #GabineteDeBolso

Iniciativas sob coordenação da São Paulo Aberta que promovem o diálogo entre a sociedade e a administração municipal por meio da interação digital. O **#GabineteAberto** é um programa quinzenal, transmitido ao vivo pela internet, em que os internautas podem fazer perguntas diretamente aos secretários da gestão. O **#GabineteDeBolso** tem um formato mais leve e enxuto, com perguntas e temáticas divulgadas pelo Facebook. As três perguntas mais “curtidas” são levadas para a mesa do secretário, que as responde e publica a devolutiva em vídeo nesse mesmo canal.

Saiba mais

<<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/conheca-o-gabineteaberto>>



Chamada para as Oficinas Territoriais. Disponível em: <<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/edital-confira-o-calendario-de-oficinas-territorias>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

Programa Agente de Governo Aberto

Maior programa de formação em Governo Aberto do mundo realizado nos equipamentos públicos municipais. A formação é feita por agentes selecionados via edital, que recebem bolsas para compartilhar a cultura de Governo Aberto pela cidade. Os eixos de formação são: I) mapeamento colaborativo e gestão participativa; II) transparência e dados abertos; III) tecnologia aberta e colaborativa; e IV) comunicação em rede.

Disciplinas de Governo Aberto

Parceria entre São Paulo Aberta, Universidade de São Paulo (USP) – Campus Leste –, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formulação de disciplinas sobre Governo Aberto, Georreferenciamento e Observatório de Políticas Públicas. As disciplinas juntaram estudantes das três universidades, servidores e movimentos sociais.

Ciclo Formativo em Governo Aberto

Parceria da São Paulo Aberta com a USP, a FGV, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a UFABC para incentivar reflexões sobre os eixos de Governo Aberto em âmbito municipal. O evento ocorreu entre maio e agosto de 2015 e, além de ter sido transmitido ao vivo, contou com a participação de estudantes, representantes dos movimentos sociais e cidadãos em geral.

Integridade

A integridade no serviço público é prevista em lei. Novamente, fica claro que somente isso não serve para tirar o conceito do papel. É necessário adotar práticas orientadas a garantir que a integridade não seja apenas um princípio, mas algo perceptível e mensurável dentro da administração pública. Este eixo pode ser interpretado como um desdobramento do conceito de transparência.

No contexto de um Governo Aberto, a integridade deve ser vista como o eixo que traz o componente da “*accountability*”, termo que não tem tradução precisa para o português, mas poderia ser explicado como “prestação de contas pública” – um processo em etapas, que envolve: 1) transparência; 2) participação da sociedade, cobrando explicações; 3) explicações e justificativas das autoridades públicas; e 4) possibilidade de sanções (desde a substituição de um gestor até a não reeleição de uma liderança política). Ao longo dessas etapas, faz parte da noção de integridade a anuência e a compreensão, por parte dos gestores públicos e das lideranças políticas, de que esse processo é parte do jogo democrático. Isso significa que, como todos os princípios de Governo Aberto, a integridade necessita de rotinas para que seja incorporada de fato à gestão.

Outros desdobramentos importantes dizem respeito às formas de controle das condutas praticadas por servidores em todos os seus níveis, inclusive os dirigentes máximos de cada órgão. Por isso, ações de integridade devem contemplar também a elaboração e atualização constante de um código de conduta funcional, bem como a construção de mecanismos consistentes de recebimento e tramitação de denúncias a respeito de desvios dessa natureza.

Quais ações relacionadas à integridade têm sido adotadas em São Paulo?

Criação da Controladoria Geral do Município:

A Controladoria Geral do Município (CGM) foi criada por meio da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, e busca promover ações para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Sua forma de organização dispõe das seguintes áreas: Corregedoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município, Coordenadoria de Auditoria Interna e Coordenadoria de Promoção da Integridade Pública.

Pacote Anticorrupção

Consiste na regulamentação de leis federais fundamentais para o combate à corrupção, como a Lei da Empresa Limpa, que permite a responsabilização dos corruptores (agentes privados, normalmente vinculados a empresas que se relacionam de

alguma forma com o poder público, que financiam a corrupção mediante pagamento de propinas), e na criação de mecanismos administrativos mais ágeis para a apuração e punição de crimes e faltas funcionais.

Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos

Criado sob o conceito de código de ética, tratou de disciplinar uma série de condutas legais do ponto de vista formal, mas imorais na prática. Isso significa impor restrições à possibilidade de receber presentes e agrados de pessoas interessadas em algum tipo de decisão administrativa específica; restrições à realização de viagens que não digam respeito ao recebimento de premiações; hipóteses de conflito de interesses (inclusive de cunho político e eleitoral) e comunicação obrigatória de alteração substancial no patrimônio, entre outras.

Inovação tecnológica e social

Todos os demais eixos de Governo Aberto teriam pouca efetividade sem o componente tecnológico. Foi observada a importância de estabelecer mecanismos que reduzam as barreiras para o acesso da sociedade ao cotidiano da gestão pública. A inovação potencializa todas as ações de Governo Aberto na medida em que amplia o acesso e facilita o uso e a difusão de informações de interesse público.

Adotar a inovação tecnológica como norte significa, mais uma vez, reforçar a noção de Governo Aberto. Pouco adiantaria dispor de procedimentos avançados de prestação de contas se a ausência de recursos tecnológicos fizesse com que apenas um pequeno grupo de interessados pudesse ter acesso ou condições concretas de trabalhar com as informações recebidas.

Por isso, afirma-se que inovação tecnológica implica necessariamente uma inovação do ponto de vista social. Significa enxergar o ciclo de políticas públicas pela lente da sistematização, organização e apropriação de soluções criadas pela sociedade, incorporando-se a elas. Em outras palavras, se a mobilização social está nas redes, o poder público também deve estar lá. Se os ativistas de determinado segmento necessitam de grande volume de dados para refletir a respeito das políticas públicas, é necessário organizar esses dados e garantir acesso real a eles, em formato aberto, com linguagem cidadã, adequada ao trabalho de qualquer interessado.

Quais são essas ações de inovação tecnológica?

Laboratório de Inovação Tecnológica da Cidade (LABPRODAM)

Com o objetivo de desenvolver ferramentas voltadas à melhoria da vida do cidadão e da agilidade no serviço público, o LABPRODAM é a primeira estrutura da Empresa Pública de Tecnologia (PRODAM) que busca fomentar o avanço tecnológico, incentivar o surgimento de novas ferramentas e tecnologias e propiciar um ambiente de encontro entre pessoas inovadoras.

Principais projetos do LABPRODAM:

- **Contador de Ciclistas:** por meio de processos inovadores, São Paulo foi pioneira em desenvolver uma ferramenta fundamental na avaliação da política pública cicloviária da cidade, colocando a capital paulista no caminho do desenvolvimento de tecnologias avançadas, como o processamento de imagens (capacidade de transformar imagens em dados).
- **Game LABNAVIA integrado ao Sistema de Mapas Culturais:** jogo desenvolvido no LABPRODAM com o objetivo de estimular o uso da ciclovia, incentivar uma vida saudável e a educação no trânsito. O jogo é integrado ao Sistema de Mapas Culturais da SPCultura, o que possibilita ao usuário ser informado em tempo real sobre os equipamentos culturais ao redor (com horário de funcionamento, telefone e outras informações) à medida que utiliza o *game*.
- **LABDIÁRIO:** a política de governo aberto da gestão prevê o uso de ferramentas avançadas também internamente, para agilizar o serviço público. O LABDIÁRIO faz com que servidores ganhem tempo em consultas ao Diário Oficial ao permitir criar regras de consultas, organizar os resultados e recebê-los por *e-mail*.
- **Laboratório de Mobilidade Urbana e Protocolos Abertos:** iniciativa permanente da São Paulo Transporte S.A. (SPTTRANS) e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) que instiga participantes na busca de soluções tecnológicas e no desenvolvimento de novos aplicativos e *softwares* para a melhoria do transporte, do trânsito e da mobilidade urbana.
- **Café Hacker SP:** encontro entre representantes da PMSP com programadores, conselheiros, ativistas e pesquisadores para discussão sobre a abertura de dados, melhora de *sites* e linguagem de sistemas públicos.
- **SPCultura:** espaço de plataforma livre e gratuita que a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) utiliza para mapear o cenário cultural paulistano de forma colaborativa.

Governo Aberto na cidade de São Paulo

O Governo Aberto tem origem em alguma lei?

Não. Trata-se de uma política desenvolvida pela PMSP a partir de 2013 que passou a orientar a forma como as políticas públicas devem ser encaradas na cidade. Embora possa ser identificada em uma série de ações e programas funcionando em paralelo há alguns anos, a noção de Governo Aberto como um esforço coordenado intra e intergovernamental é algo recente. A cidade de São Paulo se inspirou na experiência gestada pelo governo federal e hoje já se destaca internacionalmente por meio de iniciativas inovadoras e de alto impacto.

Como o Governo Aberto pode facilitar a participação social?

Em termos de efetividade, o principal desafio enfrentando hoje diz respeito à agregação não somente de agentes de governo – servidores, titulares das pastas, chefes dos poderes –, mas, principalmente, de agentes da sociedade civil. Afinal, não basta apenas que os dados sobre o orçamento da cidade estejam abertos; é necessário que haja um grupo de pessoas disposto a se debruçar sobre eles, analisá-los de forma crítica e apontar mudanças.

Isso significa que a noção de Governo Aberto é intimamente ligada à noção de *redes*: quanto mais o poder público entra no jogo, maior é o número de agentes da sociedade “consumindo” esses dados; enquanto os dados têm limitação geográfica, esses agentes não têm. Em outras palavras, é importante que cada vez mais os governos, parlamentos e órgãos do judiciário incorporem os princípios de Governo Aberto, de modo a possibilitar a formação de uma rede de pessoas capacitadas a analisar, discutir e contribuir com suas ideias, independentemente do local onde moram.

Qual é a relevância do Governo Aberto para a cidade de São Paulo?

Quando se trata da maior cidade da América Latina, fica claro que um trabalho



sério tem potencial de mobilizar agentes de governo e da sociedade capazes de contribuir em debates sobre diferentes especialidades temáticas.

Como dito antes, o Governo Aberto pode ser visto como o círculo virtuoso de ações e políticas voltadas à ampliação da transparência, participação social, integridade e inovação tecnológica de forma articulada, integradas com as demandas sociais, cuja expansão atrai cada vez mais pessoas interessadas em discutir os assuntos relacionados ao governo, incentivando-os a serem progressivamente mais abertos.

Como vem sendo concretizado o Governo Aberto na cidade de São Paulo?

No ano de 2014, por meio do Decreto nº 54.794, de 28 de janeiro, foi instituída a São Paulo Aberta e o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP). A partir de então, ficou prevista que a São Paulo Aberta seria a iniciativa de Governo Aberto do município, que, conforme seu artigo 1º, pretende integrar e articular ações e políticas públicas voltadas para:

- I. o aumento da transparência e acesso às informações públicas;
- II. o aprimoramento da participação social;
- III. o fomento à inovação tecnológica;
- IV. o fortalecimento da integridade pública, por meio da prevenção e do combate à corrupção;
- V. o aprimoramento da governança pública;
- VI. a melhoria da prestação de serviços públicos e da eficiência administrativa.

A São Paulo Aberta é a instância responsável pelo cumprimento da Meta 116 do Programa de Metas 2013-2016, que versa sobre gestão descentralizada, participativa, transparente e pela promoção de uma série de ações inovadoras de Governo Aberto de forma integrada aos eixos que orientam essa prática.

Quem compõe o CIGA-SP e o que compete a esse comitê?

O CIGA-SP é composto por um membro titular e um suplente de 13 secretarias municipais e da PRODAM e é coordenado pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF). Suas atribuições incluem a aprovação do Plano de Ação Municipal de Governo Aberto, a orientação, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações de Governo Aberto, além de outras ações de incentivo à pesquisa e desenvolvimento dessa iniciativa em nível nacional e internacional.

É importante destacar que o processo de elaboração do Plano de Ação Municipal de Governo Aberto é participativo e prevê a realização de consultas com movimentos sociais, instituições científicas e demais entidades e agentes interessados. Além das consultas, é prevista a participação de convidados representantes de outros órgãos ou entidades, especialistas, peritos e pessoas que possam contribuir para o aprofundamento da discussão.

Quem são os integrantes do CIGA-SP?

Secretaria do Governo Municipal (SGM)
Secretaria Municipal de Gestão (SMG)
Controladoria Geral do Município (CGM)
Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF)
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG)
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico (SF)
Secretaria Municipal de Serviços (SES)
Secretaria Executiva de Comunicação (SECOM)
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP)
Secretaria Municipal de Transportes (SMT)
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)

PRODAM

Qual a relação entre Governo Aberto, políticas públicas e conselhos municipais?

Os conselhos, na pessoa dos conselheiros, compõem a linha de frente da participação social formal na cidade de São Paulo. As políticas públicas são construídas em esforço conjunto com os conselheiros como representantes da população ante o poder público. Além disso, os conselhos são atores essenciais na tarefa de exercer controle social sobre o desempenho dos serviços públicos, bem como no processo de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

No que consiste a ação territorial Diálogos São Paulo Aberta?

Essa ação compõe o eixo territorial do Plano de Ação São Paulo Aberta, com o objetivo de difundir o conceito e a prática de Governo Aberto por toda a cidade. O “Diálogos” é um processo formativo para conselheiros participativos municipais realizado por meio de encontros nas subprefeituras com a participação do subprefeito e de representantes da São Paulo Aberta.

Além da apresentação da iniciativa São Paulo Aberta, a metodologia adotada nos Diálogos girou em torno de duas atividades que propiciaram a interação entre os conselheiros e o subprefeito. A primeira foi o Café com Proposta, em que os conselheiros se dividiram em grupos e realizaram uma dinâmica para responder a duas questões: 1) Como os conselheiros participativos devem exercer o seu papel de controle social no território? 2) Como os Conselhos Participativos Municipais podem articular-se com outros movimentos, conselhos e poder público no território? A segunda atividade foi o Diálogo com o Subprefeito, em que os subprefeitos apresentaram equipamentos e ações da subprefeitura; com um momento para que os conselheiros pudessem esclarecer dúvidas e apresentar suas demandas.

Quais as principais respostas às questões levantadas nos Diálogos em relação aos Conselhos Participativos Municipais?

Em relação à primeira pergunta levantada no Café com Proposta (sobre o papel dos conselheiros na administração), as respostas sinalizaram o entendimento de suas principais atribuições: I) fiscalizar; e II) formular estratégias relativas às demandas da população nas políticas públicas, de forma organizada. Dessa forma, na perspectiva do próprio conselheiro, a sua atuação deve ser no sentido de exercer o controle social, por meio da fiscalização da ação do poder público – no caso, as subprefeituras – e da atuação concreta na resolução de problemas do território.

No que se refere à segunda questão (sobre a articulação com outros órgãos, conselhos e movimentos), as estratégias apresentadas pelos conselheiros remeteram à importância da articulação com a sociedade civil, de modo a discutir e realizar ações coletivas, integradas e organizadas, de acordo com as necessidades e realidades locais. Nesse sentido, a atuação do conselheiro deve ser integrada e articulada com outros atores sociais e políticos. Os diversos Diálogos realizados alcançaram cerca de 534 participantes, distribuídos por todas as regiões da cidade.

Qual o papel do conselheiro como agente de Governo Aberto?

A participação social é um direito universal e fundamental, e diferentes instâncias e mecanismos participativos devem estar integrados. O conselheiro como agente de Governo Aberto cumpre papel essencial no processo de potencializar a democratização das políticas públicas, atuando como multiplicador das ações e informações do poder público ao mesmo tempo em que o fiscaliza, exercendo o controle social das ações do Estado. Em outras palavras, cabe ao conselheiro acompanhar e monitorar a construção e o desempenho dos compromissos firmados entre Estado e sociedade para assegurar uma gestão pública mais justa e democrática.

O conselheiro enquanto agente de Governo Aberto fortalece as seguintes ações: a) a universalização das informações e o acesso a elas no seu território; b) o reconhecimento de processos e mecanismos de participação social, desde a formulação até o monitoramento e avaliação das políticas públicas como elementos prioritários para uma gestão democrática; c) a concepção de integridade enquanto um princípio norteador de suas ações políticas, para combater a corrupção e as condutas antiéticas; d) a potencialidade da tecnologia como instrumento facilitador da interação entre Estado e sociedade, fundamental para compreender desafios atuais da gestão pública.

Considerações finais

O Governo Aberto é um novo paradigma para a gestão pública, pois amplia a permeabilidade do Estado em direção à sociedade e vice-versa. Chega ao fim o isolamento burocrático, as decisões unilaterais e a opacidade. Com o advento de novas leis, práticas e tecnologias de informação e comunicação – e com o aumento da massa crítica dos cidadãos, graças ao maior acesso à escolarização e bens de consumo – a relação entre Estado e sociedade se transforma, possibilitando um futuro promissor.

Mas, para que as potencialidades se efetivem, é necessário um fluxo de interação de engajamento dos dois lados: a ampliação da sociedade nos espaços institucionais, participando do governo, acreditando que é possível e desejável construir um Estado democrático que garanta os direitos e promova a justiça, a paz e a tolerância; e os governos, por seu turno, devem explicitar o compromisso político com o Governo Aberto e seus eixos, concretizando tal compromisso por meio de legislação, políticas, estruturas, orçamento e pessoal qualificado.

Para que as ações realizadas em São Paulo e ao redor do mundo possam realmente prosperar e tornar-se a rotina básica de qualquer governo sério, é necessário engajamento social, com participação, cobrança e utilização de todas as formas de envolvimento com as políticas públicas. Em outra frente, é importante defender o Governo Aberto não apenas como um compromisso assumido por este ou aquele governante, mas como política de Estado, como um dos mais importantes conjuntos de direitos das pessoas com relação a seus governantes. A agenda que o Governo Aberto coloca ao Estado e à sociedade é promissora e lança desafios a todos.

